

QUE LIMITES PARA UMA REAL PROTEÇÃO DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS?

Eixo Temático: Ordenamento Territorial, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável

Catherine Prost¹
Gilbert David ²
Voyner Ravena-Cañete³

¹Universidade Federal da Bahia - UFBA
CEP: 40170-970 - Salvador - BA, Brasil

cprost@ufba.br

² Institut de Recherche pour le Développement
34000 Montpellier, França

gilbert.david@ird.fr

³ Universidade Federal do Pará - UFPA

ravenacanete@ufpa.br

Resumo.

Historicamente, os pescadores artesanais criaram territórios pesqueiros ao se apropriar de espaços costeiros e marinhos de modo concreto e simbólico. Pelo caráter aberto do mar – sem limites visíveis salvo a linha de costa –, as territorialidades se definem de modo específico, influenciadas pelos sistemas de pesca: apetrechos, embarcações, tipos de pescaria e espécies capturadas. Além desses fatores naturais e técnicos, acrescenta-se o papel do poder público na organização territorial. Por ser a região costeira um local exclusivo ou privilegiado de numerosas atividades humanas, complementares ou antagônicas, conflitos de uso do espaço se multiplicam. O poder público deve, portanto, atuar como agente organizador do espaço. O projeto OSE Guyapapá estuda a região fronteira entre o Estado do Amapá e o departamento da Guiana francesa. Ali, existem dois grandes tipos de limites no espaço marítimo, que deveriam proteger os territórios pesqueiros dos respectivos lados do rio Oiapoque – embora não tenham sido definidos para tal. Em primeiro lugar, limites ambientais são representados pelo Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO), área de preservação permanente, o que implica restrição de usos sociais dos recursos naturais. Contudo, as tensões geradas junto aos pescadores artesanais que migraram para a cidade de Oiapoque levaram o órgão ambiental federal a estabelecer um acordo de pesca com os mesmos. Em segundo lugar, limites políticos separam as águas territoriais brasileiras e francesas. Contudo, nenhum desses limites legais desempenha bem seu papel: embarcações de pesca, principalmente paraenses, penetram nos limites costeiros do PNCO e até nas águas francesas. A capacidade muito mais elevada dos meios de produção qualifica uma pesca de grande escala, levando a uma progressiva redução dos estoques, alterando a pesca artesanal do Amapá e da Guiana e provocando conflitos, latentes ou explícitos. A deficiência de fiscalização explica parcialmente este processo e revela o aspecto secundário da pesca artesanal nas considerações do Estado brasileiro. Nesta perspectiva, a comunidade pesqueira de Oiapoque almeja criar uma reserva extrativista (resex) marinha. Exemplos de resex marinhas na Bahia mostram a possibilidade de, efetivamente, maior garantia de manutenção das práticas sociais locais frente a outros agentes. Contudo, o exame da realidade evidencia a complexidade da gestão territorial, em que os textos normativos são insuficientes para garantir o respeito às normas. Pesquisar o envolvimento dos diversos agentes e atores no espaço é fundamental. A análise do papel do poder público como executor das normas e o das comunidades pesqueiras na mobilização social em prol da defesa de seus territórios serve a complementar a reflexão sobre gestão de territórios pesqueiros.

Palavras-chave: Territórios pesqueiros. Limites territoriais. Gestão territorial. Sustentabilidade.

QUE LIMITES PARA UMA REAL PROTEÇÃO DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS?

Introdução

A pesca é exercida por populações ribeirinhas ou costeiras desde tempos imemoriais. Provedora de recursos naturais preciosos pelo aporte dietético, em particular protéico, para as populações locais, a pesca artesanal apresenta uma ampla diversidade de fazeres e de saberes. Tal diversidade é influenciada pelos meios naturais com os quais as populações aprendem a observar, desenvolvendo saberes ambientais sobre os elementos da natureza e suas relações múltiplas. Assim sendo, as populações tradicionais, que têm na pesca sua atividade principal ou exercida em pluriatividade entre demais atividades agroextrativistas buscam a convivência com a natureza, geralmente de modo sustentável na dimensão socioambiental. As populações tradicionais se caracterizam notadamente pelos seus estreitos laços de dependência para com usos sociais dos recursos naturais. A fonte de sua reprodução social do ponto de vista material é percebida como algo a ser preservado, sob pena de ameaça à perenidade do grupo ou de sua permanência no seu lugar de vida e de trabalho. Para reforçar a noção de cuidado para com a natureza, outras representações da mesma são ainda presentes entre as populações tradicionais: uma visão sem ou com menos dicotomia entre homem e natureza, símbolos místicos de relação com o Cosmos, visão da natureza com mais respeito e temor por se reconhecer pequeno diante dela e não seu senhor, tal como apregoado nas sociedades modernas, especialmente a partir do desenvolvimento e fracionamento dos saberes científicos. Essa visão científica serviu uma exploração maximizada dos recursos naturais, o que, em termos ambientais, encadeou impactos negativos em escalas ampliadas, seja na extensão, na intensidade ou na frequência. O que de um lado é visto apenas como recursos – matéria-prima, energia, paisagem -, passíveis de serem explorados com lucro econômico, por outro lado é revestido de significados muito mais amplos. Laços de pertencimento afetivo se manifestam de várias formas, desde religiosas à tipologia popular dos lugares.

Nessa perspectiva, regras de uso comum dos recursos naturais são estabelecidas, embora não de modo escrito. Esses espaços de uso comum contradizem a teoria dos comuns de Hardin, segundo a qual qualquer recurso natural em espaço de acesso livre é suscetível de exploração irracional levando ao esgotamento ou extinção. Ora, até nas comunidades pesqueiras costeiras, em que (parte de) a pesca é praticada em um espaço aberto, sem limites visíveis fora a linha de costa, se encontram regras de manejo dos recursos, expressando uma lógica de reprodução social predominante. Com esse espaço aberto, as territorialidades dos pescadores artesanais se definem em função de fatores naturais (marés, sazonalidade das luas – de sizígia e de quadratura -, recorte da costa, tipos de fundos, espécies permanentes ou migratórias, etc.) e culturais, mais especificamente técnicos: embarcações, apetrechos, tipos de pescaria.

Contudo, esses quadros de relativa convivência harmônica com a natureza conhecem transformações sensíveis nas interações com as sociedades modernas. O contato com a economia industrializada deixa enxergar a possibilidade de mais trocas de bens e serviços mediante transações financeiras. A atração de consumo de mais produtos e serviços é reforçada com o alastramento de novos valores de origem urbana, tal como o uso maior de remédios de farmácia em detrimento dos remédios fitoterápicos tradicionais. Para arcar com esses novos gastos, as populações pesqueiras são incentivadas a ampliar o esforço de pesca sobre os estoques existentes.

Em um país como o Brasil, não se pode deixar tampouco de fazer referência à constante e crescente concentração de terras nas mãos de grandes atores econômicos, locais, nacionais ou até estrangeiros. Esse processo produz até hoje a expulsão de populações locais de terras historicamente ocupadas e exploradas. A região costeira, com o acesso livre ao mar, é apropriada desse feita como local refúgio de muitas populações.

Todavia, a linha de costa aparece estratégica para múltiplos usos, exclusivos ou preferenciais: urbanização, estruturas portuárias, industriais, turísticas, plataforma para exploração em alto mar de recursos pesqueiros ou minerais. Estes constituem processos que, não raramente, afetam negativamente a pesca artesanal, quer por impactos diretos de degradação ambiental (poluição,

desmatamento, assoreamento, ...), quer por impactos indiretos (restrição das áreas de pesca, concorrência para a ocupação em beira de praia, ...). Em contexto de conflito territorial e/ambiental entre pesca artesanal e outro uso do espaço, o Estado deveria agir como regulador através, inclusive, de políticas setoriais e de organização do território nacional. Nos textos normativos, a atividade é regida por regras trabalhistas e normas de manejo, dentre outras. Contudo, na realidade do campo, se observam uma multidão de situações de conflito enfrentadas pela pesca artesanal, no Brasil e na Guiana francesa.

Na fronteira entre esses dois territórios, tem-se dois tipos de limites legais que deveriam proteger os territórios pesqueiros, embora não tenham sido estabelecidos para tal: limite de área protegida no Amapá e fronteira internacional deveriam contribuir a proteger os territórios pesqueiros, respectivamente do Amapá e da Guiana francesa, de um processo de sobrepesca por exploração intensiva de barcos de outra região.

O presente artigo apresenta em primeiro lugar o estado da pesca artesanal em duas localidades em ambos lados da fronteira, fundamentado em bibliografia consultada e dados de campo obtidos em diversas fases entre 2013 e 2014. Foram aplicados 18 questionários em Caiena, 14 em Saint Georges, 15 em Calçoene e 40 em Oiapoque, município com a maior colônia de pescadores da região. Entrevistas também foram feitas com lideranças pesqueiras e responsáveis de órgãos públicos. Os dados de campo foram tabulados em Excel e tratados em SPSS para fins de mapeamento e análise. A pesquisa se inseriu no projeto OSE Guyamapá, coordenado por Jean-François Faure (IRD) e envolvendo equipes pluridisciplinares do Brasil e da França.

Em seguida, serão expostos os limites legais previamente mencionados e a complexidade da gestão efetiva do espaço em vistas a uma real sustentabilidade dos territórios pesqueiros para contribuir no debate pautado pelos pescadores de Oiapoque sobre a criação de novos limites legais na região.

As pescas artesanais em torno da foz do rio Oiapoque

Pescas artesanais diferenciadas

A costa dos dois territórios políticos em estudo, Amapá e Guiana francesa, é beneficiada por um ambiente natural relativamente preservado. A costa abrange a mais ampla extensão contínua de manguezais, um ecossistema extremamente rico em termos de produtividade ecológica e beneficiado com uma larga plataforma continental, outro fator favorável à presença de importantes cardumes.

Graças a esses fatores naturais, a pesca artesanal conta com um contingente de embarcações e de pescadores muito importante. O setor apresenta uma grande variedade de meios de produção, desde modestos barcos e apetrechos usados em pesca de subsistência até equipamentos de natureza semi-industrial. Tendo como foco a pesca artesanal comercial, as principais artes de pesca pesquisadas são as que utilizam redes cujas diversas malhas correspondem a pescarias diferenciadas.

Na Guiana, à imagem dos demais territórios franceses de além-mar, a pesca é geralmente de subsistência e artesanal, abastecendo principalmente os mercados locais, mas também contribuindo às exportações de algumas espécies valiosas através de pesca industrial (principalmente camarão).

A frota era composta de cerca de 150 barcos e de 611 empregos diretos em 2005, mas teve um aumento importante com a implantação do RCE nº389/2010 e a licença de pesca de “peixe branco”, administrada pelo Comitê Regional das Pescas Marítimas e Criações Marinhas (CRPMEM), o órgão mais representativo na defesa dos interesses da categoria. Segundo o relatório da Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD, 2012), cerca de 350 pescadores trabalham, dos quais pelo menos 85% são estrangeiros, a saber 50% de brasileiros e 35% de surinameses. Os tipos de pesca são classificados pela Marinha francesa segundo a capacidade técnica, o que influencia as áreas de atuação e o tipo de recursos pesqueiros.

A pesca de pequeno porte é realizada em canoas crioulas (CC) motorizadas, com capacidade de carregar entre 600 e 700 kg de pescado em média. A duração da pescaria é de 24 a 48 h no máximo; esta não pode ser praticada de noite por causa da ausência de iluminação do barco – pois

não existe cabine. Os apetrechos são redes de espera de até 1.500 m e de malha 40 a 60 no máximo. A pesca se localiza próximo aos manguezais e se realiza geralmente com duas pessoas. As capturas são muito diversificadas; cita-se, dentre outras espécies, a pescada amarela, o robalo (ou camurim), a arraia, a uritinga. Segundo José Achille, dono de barcos de pesca em Caiena, como os gastos de uma expedição alcançam cerca de € 400, uma boa pesca é avaliada em torno de 400 kg para proporcionar lucros satisfatórios. Segundo AFD (2012), em 2011, 168 barcos são registrados, dos quais 92 apenas são operacionais.

A pesca de médio porte é composta de canoas crioulas melhoradas (CCM), com capacidade de carregar até 2 toneladas de pescado, após uma viagem de até 96 h (4 dias). A construção de uma cabine permite a iluminação, em consequência, a pesca de noite e uma maior segurança. Para ampliar as capturas, a rede utilizada tem a extensão legal máxima de 2.500 m e as malhas são as de 60, 70 e 80. As equipes, formadas de três homens, operam na área costeira, até 20.000 milhas náuticas, e extraem principalmente a pescada amarela, a pescada branca e a sardinha. J. Achille calcula os gastos em € 4.000 para barcos de 10 t e de € 3.000 para barcos de 6 t, dos quais entre € 1.000 e 1.500 de combustível (gasolina), € 800 de alimentação, € 700 de gelo, além das taxas da Marinha e dos encargos sociais. Para garantir lucros, uma boa pesca deve trazer então em torno de 700 kg.

A pesca de canoa crioula emprega cerca de 350 pescadores (pelo menos 50 % brasileiros, 35% surinamenses), embarcados nos 92 barcos operacionais do total de 168 registrados. Produziu 2.832 t em 2010, das quais 64% de pescada amarela com 1.800 t (AFD, 2012, p. 12)

Por fim, a pesca de grande porte é praticada por barcos de até 10 t que podem passar uma dezena de dias no mar até 20.000 milhas náuticas, ou mais se tiver mais de 12 metros de comprimento. As tripulações, de quatro ou cinco homens, manuseiam também rede de 2.500 m, mas de malhas mais largas (80, 90, 100) a fim de capturar grandes indivíduos de diversas espécies, entre as quais a pescada amarela é a mais valiosa no mercado. Um objetivo satisfatório para a lucratividade da viagem totaliza duas toneladas, segundo J. Achille, que integra o amortecimento regular dos equipamentos, incluindo as redes.

Inexiste conflitos entre artes de pesca na Guiana uma vez que as áreas de pesca são divididas entre artes diferentes. Para evitar algumas tensões derivadas da pesca amadora, a pesca do mero foi limitada em setembro de 2010 para essa categoria de pescadores. No tocante à pesca profissional – tanto artesanal quanto industrial –, segundo Cillauren (2014), o regulamento europeu se pauta no princípio de precaução para as questões de proteção e conservação dos recursos haliêuticos. A Guiana entra na categoria das regiões ultra-periféricas (RUP) na classificação europeia das regiões de além-mar. Esse estatuto dota o departamento de políticas específicas e recursos importantes para fundos estruturais, mas a regulação da pesca é determinada por normas da União Europeia (EU). A atividade haliêutica é limitada, não por cota de pesca, mas por limite máximo de licenças de pesca no departamento assim como de limitações nos equipamentos. Com isso, os pescadores e proprietários de barco defendem que as normas são adequadas para alcançar a meta de preservar o meio ambiente e a pesca guianense.

No Amapá, mais de 90% da frota pertence à pesca artesanal (LIMA, 2011), movida a motor, vela ou remo. A Federação dos Pescadores do Amapá registra cerca de 5.000 pescadores no Estado inscritos nas colônias de pesca ou no setor de pesca do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), mas estima em 8.000 o conjunto total. As embarcações em Oiapoque e Calçoene se dividem em maioria de barcos de pequeno porte, além de barcos de médio porte e canoas motorizadas.

Os barcos de pequeno porte têm capacidade entre 3 e 10 toneladas, possuem geralmente um convés fechado ou semi-fechado e urnas com gelo, permitindo uma autonomia de até 15 dias de mar. Permitem uma tripulação entre 3 e 8 homens. Dentro dessa categoria, entram também os botes, com capacidade de até 10 toneladas mas autonomia de apenas 5 dias de mar. Esses barcos, tais como os outros existentes no estado, dispõem de pelo menos um instrumento de navegação, tal como bússola, GPS e rádio.

Os barcos de médio porte têm capacidade a partir de 11 toneladas, possuem convés fechado e urnas isotérmicas para conservação do pescado, com autonomia de mar de até 25 dias. Essas embarcações detêm mais instrumentos de navegação, tal como aparelho navegador e rastreador (LIMA, 2011, p. 13).

Finalmente, as canoas motorizadas são utilizadas com tripulações entre 2 e 4 pescadores. Seu tamanho é inferior (menos de 10 m) e sua altura em relação ao nível da água também. A urna de gelo não é incorporada à canoa, mas pode ser colocada nela.

Os apetrechos mais comuns consistem em redes, principalmente de espera para os barcos motorizados, enquanto as canoas à vela utilizam principalmente o espinhel para a captura de espécies pelágicas¹ como o tubarão ou demersais² como os grandes bagres. As principais espécies capturadas são as pescadas - branca e amarela -, a corvina, a uritinga, além da gurijuba em Calçoene. Segundo Lima (2011), tanto em Oiapoque como em Calçoene, um terço dos pescadores entrevistados pesca em estuário, mais da metade (46% em Calçoene e 53% em Oiapoque) pesca em estuário e na plataforma continental e o restante apenas na plataforma, entre 10 a 20 milhas da costa, o que implica barcos de médio porte, dotados de maior segurança para expedições mais afastadas da costa.

Os pescadores entrevistados no Oiapoque citaram como locais de melhores capturas as fozes do Oiapoque e do Cassiporé, a região do Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO), além de respostas que apontaram a região de Regina e a de Caiena, na Guiana francesa. As principais espécies capturadas são a pescada amarela, a corvina, a uritinga, além da a pescada branca em Oiapoque e a gurijuba em Calçoene.

Diferenças são notáveis entre as duas frotas quanto aos meios de produção, sendo eles de maior capacidade de captura no Amapá, e ao tamanho da frota de pesca. Esse quadro se intensifica ao longo dos últimos anos, com o avanço da concentração de frota de pesca – artesanal e industrial – ao longo da costa brasileira e até guianense.

Intensificação e migração da pesca

Como citado, observa-se que pescadores do Brasil entram nas águas francesas para exercer suas práticas. Ao situar as áreas de pesca no mapa, entende-se que não se trata de meras derivas em razão de correntes marítimas ou de ventos, e sim de expedições que adentram sensivelmente o território francês. Como explicar esse processo em uma região de alta piscosidade e com os riscos inerentes à passagem ilegal de uma fronteira internacional?

Para entender, é necessário ampliar a escala de análise e entender a evolução da pesca no Amapá e na região Norte em geral. De fato, o esforço de pesca na região Norte tem aumentado nas últimas décadas, elevando por conseguinte a pressão sobre os estoques pesqueiros. Trata-se de um processo ao longo da costa brasileira, mas que alcança seus limites geográficos hoje em dia em razão da fronteira internacional.

Na década de 1960, o governo federal incentiva a modernização da pesca, inclusive artesanal. A Região Norte é contemplada por essa política que inclui a aquisição de embarcações, equipamentos de navegação e apetrechos novos. Dessa feita, se multiplica o uso de malhadeiras, longas redes de fio de náilon ou de plástico fino e resistente. De acordo com o poder aquisitivo dos donos de barco, as redes podem ser atadas uma à outra para formar redes mais largas. Essa política, se ela efetivamente permitiu um aumento do esforço de pesca, encadeou também uma maior diferenciação social na categoria entre donos (nem sempre pescadores) e embarcados. A atividade continua sendo considerada artesanal pelo fato das relações de trabalho serem baseadas na parceria e não no assalariamento, tal como na pesca industrial.

Diegues (1999) informa que a pesca industrial conheceu seu auge no Brasil na década de 1970, antes de passar por uma grave crise na década seguinte. A sobrepesca se adicionou à recessão econômica da chamada “década perdida” e encadeou a falência da maioria das indústrias. Parte destas se transferiu diretamente, com suas frotas e fábricas de processamento, para o litoral

¹próximas do fundo.

²próximas da superfície.

amazônico, entre o Pará e o Maranhão, de modo a manter as capturas de camarão, reforçando o papel da região amazônica, mesmo na sua porção marinha, como fronteira de recursos para o país. Contudo, quando os agentes econômicos hegemônicos são exógenos à região, um esquema tende a se repetir com uma exploração dos recursos naturais maximizada. A sobreexploração autorizada pelos incrementos tecnológicos e o desperdício formam fatores de tensões e conflitos com a pesca artesanal, além da destruição dos apetrechos tradicionais de pesca pela pesca industrial. As quantias capturadas no limite da sustentabilidade de certas espécies como a piramutaba, o camarão-rosa e a gurijuba, dentre outros (ISAAC NAHUM, 2006), são incentivadas pelo aumento da demanda dos mercados urbanos amazônicos, mas também pelos mercados do centro-sul brasileiro ou até internacional, como atesta a presença de várias empresas no Pará que exportam parte de sua produção no exterior.

Esse processo de intensificação da pesca na costa norte do Brasil acarreta consequências negativas sobre a atividade em geral e sobre a pesca artesanal em particular, com consequências sociais mais severas uma vez que esse setor é o que mais emprega.

Limites territoriais parcialmente respeitados em detrimento da sustentabilidade

Limites territoriais porosos

Na região de estudo do projeto OSE Guyamapá, dois tipos de limites deveriam desempenhar um papel de proteção para a pesca artesanal, embora não tenham isso como objetivo na sua criação: a poligonal do Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO) e a fronteira Brasil-França, no Rio Oiapoque.

O PNCO, por ser área protegida de preservação permanente, proíbe em teoria qualquer tipo de exploração dos recursos naturais. Contudo, na prática, a pesca se exerce, quer sob a égide de um acordo de pesca com os pescadores de Oiapoque, quer à revelia da lei, principalmente por parte de pescadores do Pará.

A fronteira internacional estabelece o limite de soberania do Brasil e da França. Violar esse limite significa se expor ao risco de ser sancionado penal e criminalmente e de perder produção e bens de produção. No entanto, as águas francesas são incluídas nesse processo de deslocamento progressivo do esforço de pesca, artesanal e industrial, ao longo da costa norte do Brasil e sofrem importante intrusão de frota brasileira, mais particularmente paraense.

Como explicar a dificuldade dessas normas territoriais não serem aplicadas tal como previstas?

A criação do PNCO ocorreu no âmbito de uma política ambiental de unidades de conservação (UCs) de modo a atender as metas previstas na Conferência sobre a Diversidade Biológica (CDB). Ocorreu ainda sob o regime militar, em 1980, sem considerar as populações presentes na área do atual parque, o que significa uma negação das mesmas uma vez que o estatuto de parque proíbe o uso social dos recursos naturais. A poligonal do parque deixou de fora vários povoados, mas incluiu o de Taperebá. Para evitar um enfrentamento direto com a população, a estratégia governamental foi, além de proibir a permanência de atividades tradicionais de pesca, agricultura e extrativismo, de criar condições de inviabilidade da comunidade ao retirar os serviços públicos até então oferecidos: escola e posto de saúde deixaram de funcionar por falta de funcionários. Face a esta situação, os moradores se resignaram a deixar suas moradias e migrar, contudo, com a esperança de poder voltar algum dia. Os fluxos de migração se dirigiram principalmente para a sede do município de Oiapoque, em particular na beira do rio, onde os pescadores compraram terras a preços mais baratos do que em demais áreas da sede urbana por serem localizados em área de manguezal. O conhecimento amazônico de construir casas sobre palafitas e caminhos de estiva foi utilizado para repetir a experiência em Oiapoque. Mas após anos de tensão crescente entre os pescadores e o Ibama, as relações com o órgão gestor do PNCO – hoje Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade (ICMBio) - melhoraram significativamente graças à resistência dos pescadores: um acordo de pesca foi assinado em 2006 com vistas a viabilizar a pesca artesanal e garantir a proteção ambiental. Uma cota de 20 barcos tem autorização de pescar na costa do litoral do PNCO numa

franja de 6 milhas náuticas; devem ter capacidade de até 2 toneladas, usar malha 70 ou 80 em rede de náilon. O acordo já foi assinado duas vezes e em janeiro de 2014, planejava-se renová-lo novamente.

Mas a sustentabilidade, tanto econômica quanto ambiental, da pesca artesanal esbarra em dois problemas. Em primeiro lugar, um acordo de pesca não tem vocação de ser definitivo e sim uma negociação para solucionar temporariamente algum conflito. Uma solução mais perene deve portanto ser encontrada, com o apoio do poder público. Em segundo lugar, a sustentabilidade vem sendo erodida por um fator externo ao estado, com os fluxos crescentes de barcos de pesca - principalmente - do Pará dotados de maior capacidade de captura. Os relatos dos pescadores e das colônias de pesca de Oiapoque e Calçoene, assim como de representantes do poder público, apontam que os fluxos de barcos chegam também no litoral do PNCO, desrespeitando as regras de manejo uma vez que atuam sem a licença obrigatória do ICMBio. O afluxo da frota paraense pode ser visto pelas dezenas de embarcações que aportam nas duas localidades brasileiras de estudo para desembarcar parte de suas capturas e cuidar dos barcos.

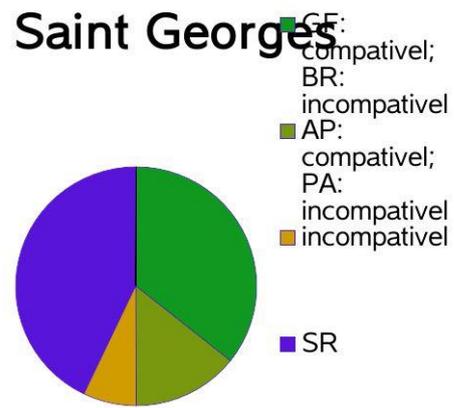
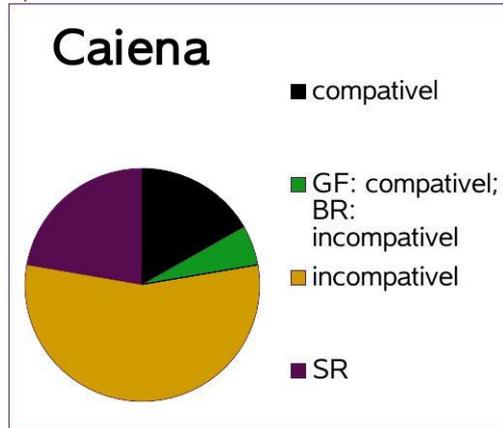
Esse movimento da frota paraense não se limita às águas nacionais; adentra também o território francês, violando uma fronteira internacional mesmo com o risco de arcar com sanções severas. A melhor preservação ambiental das águas da Guiana atrai as tripulações pesqueiras em busca de importantes cardumes, o que impacta os ecossistemas costeiros e marinhos e, em decorrência, a pesca no departamento francês.

Sustentabilidade da pesca ameaçada

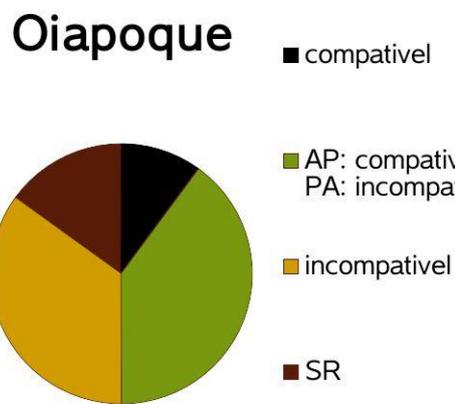
Diversas publicações técnicas e científicas (MPA, Isaac-Nahum, 2006) confirmam as observações dos pescadores da costa norte do Brasil no tocante a uma diminuição dos estoques pesqueiros ao longo das últimas décadas, a ponto de chegar ao limite da sustentabilidade. Essas observações também foram coletadas na pesquisa de campo, tal como indicam os gráficos apresentando a percepção dos pescadores e proprietários de barco sobre a compatibilidade da pesca exercida em seus respectivos territórios, de lado e de outro da fronteira entre a Guiana francesa e o Amapá.

Gráficos 1: Percepção dos pescadores sobre a compatibilidade da atividade da pesca com sustentabilidade, em a) Caiena, b) Saint Georges, c) Oiapoque, d) Calçoene

a)



c)



d)



b)

Fonte: Dados de campo do projeto OSE
Guyamapá, 2013-2014.

Profundos conhecedores do mar e de seu ofício, os pescadores entrevistados são na sua maioria críticos sobre a evolução da pesca. Apenas uma parcela pequena dos entrevistados em Caiena e em Oiapoque estima a atual situação das práticas haliêuticas compatível com sustentabilidade da atividade; entre os demais que emitiram opinião, um terço distingue a compatibilidade em função da origem geográfica da pesca e outro terço estima a atividade incompatível. Do ponto de vista espacial, as opiniões negativas são bem menos numerosas nas localidades guianenses, denotando uma situação mais vantajosa, embora apareçam também nas respostas opiniões mitigadas que denunciam práticas ilegais e insustentáveis de pescadores do Brasil. Do lado brasileiro, a distinção é também afirmada em Oiapoque em um recorte espacial mais preciso: as práticas não sustentáveis são apontadas como sendo o feito de pescadores do estado do Pará.

Essas distinções foram confirmadas por observações em campo, com barcos do Pará aportados em Calçoene e Oiapoque. Alguns questionários junto a pescadores desse segmento constituíram outro meio de confirmar os dados, assim como entrevistas com lideranças pesqueiras e funcionários de órgãos públicos do Amapá e da Guiana, evidenciaram como processos identificados na literatura científica e técnica³ se localizam nas áreas de estudo⁴.

De fato, ocorre um movimento crescente de penetração das águas amapaenses pela frota paraense uma vez que o estado de origem está sofrendo dos efeitos de diminuição das capturas por pescador. Para explicar isso, além de considerar o aumento de pescadores no decorrer das décadas, também entra na análise o aumento da capacidade técnica de produção. As embarcações paraenses tendem a ser de dimensões maiores e dispor de equipamentos permitindo maiores capturas, tal como equipamento para puxar as redes e redes com extensão entre 3.500 e 10.000 braças, ou seja, entre 7.000 e 20.000 metros.

No Pará, os grandes proprietários de barcos de pesca detêm frotas que são mandadas para as áreas ambientalmente mais preservadas para melhor garantir a eficácia das viagens. Desta feita, a Guiana atrai também os pescadores do Brasil pelo melhor nível de preservação ambiental em relação ao Brasil, e conseqüentemente, de maior probabilidade de altas capturas, mesmo correndo o risco de sanção por invasão de águas territoriais francesas.

Segundo os dados da Direção do Mar da Guiana, em 2013, 216 observações de infrações por parte de navios de pavilhão estrangeiro foram notificadas, dos quais 188 brasileiros, o que indica a amplitude do fenômeno na última década, especialmente tendo ciência dos limites da fiscalização exercida no ar e no mar, o que indica uma subestimação provável dos fluxos reais.

Antes de desenvolver mais essa questão, chama-se atenção para outro indicador do processo de deslocamento das grandes frotas de pesca ao longo da costa norte, envolvendo agora até a Guiana francesa: a migração de pescadores.

³Ver na bibliografia, as referências de Levrel, 2012, Isaac-Nahum, 2006, Santo, Isaac, 2014 como exemplos citados no presente texto.

⁴ Relatos de pescadores oferecem exemplos diversos. Em Caiena, um entrevistado afirmou que há 10 anos, se capturava entre 800 e 900 pescadas amarelas em 8 a 10 dias, contra 100 a 200 apenas hoje, apesar das malhas terem sido reduzidas de 100 a 80. Em Oiapoque, pescadores declararam que precisa hoje de 15 a 25 dias para capturar o que se pescava em 5 há 10 anos. Relatos parecidos foram também ouvidos sobre o Pará. Outra forma de verificar o impacto negativo sobre os recursos pesqueiros está no tamanho dos indivíduos apreendidos. O presidente da colônia de pesca de Oiapoque tomou a pescada amarela como exemplo: os indivíduos médios capturados com malha 60 pesavam entre 16 e 18 kg, contra apenas 7 kg para as atuais capturadas realizadas com malha 40.

A tabela 1 mostra através dos dados de campo a importância das migrações, com apenas 10% dos entrevistados que ainda moram nos seus locais de nascimento e/ou de criação.

Tabela 1: Estado de origem dos entrevistados

	Pará	Amapá	Maranhão	Outros*	não migrantes	SR	Total
Caiena	12	0	2	0	3	1	18
Saint Georges	4	6	2	1	1	0	14
Oiapoque	18	17	5	0	0	0	40
Calçoene	8	1	0	1	5	0	15
Total	42	24	9	2	9	1	87

Fonte: Dados de campo do projeto OSE Guyamapá, 2013-2014.

* Peru e Estados Unidos (Porto Rico).

Em Oiapoque, os fluxos maiores vêm do Pará e do próprio estado. Para entender isso, lembra-se que a grande parte dos migrantes é formada de antigos moradores de Taperebá (11), que foram desterritorializados de seu povoado no bojo da gestão do PNCO pelo Ibama. O Estado do Pará figura de modo significativo como local de origem dos migrantes em todas as localidades, sendo que os paraenses aparecem menos numerosos em Saint Georges, em favor do Amapá ou da capital da Guiana, Caiena.

No tocante à Guiana francesa, tem-se situações bem distintas entre Caiena e Saint Georges, uma vez que essa última está ligada por uma estrada apenas desde 2004. Até então, o município do leste vivia de modo bastante isolado e a pesca se formou com pescadores que chegaram há 3 ou 4 décadas, praticando uma atividade que visava garantir um aporte proteico à população local. Caiena por sua vez concentra o principal da frota do departamento-região e atrai portanto os migrantes em busca de melhores condições socioeconômicas:

“No Brasil, viajava 50 dias e às vezes, voltava p ganhar R\$ 250. Aqui, com viagens de 8-10 dias, mando até R\$ 1.300 para meus filhos.” (Pescador do Pará residindo emCaiena; entrevista em dezembro de 2013).

As expectativas de melhoria socioeconômica são geralmente satisfeitas entre os pescadores, tal como indicado na tabela 2.

Tabela 2: Correspondência entre a estadia no local de entrevista/moradia e as expectativas prévias à migração

	mais ou menos	sim	sim, menos atualmente	SR	Total	
Caiena		2	10	0	3	15
Saint Georges		0	14	0	0	14
Oiapoque		0	27	0	13	40

Calçoene	2	10	0	3	15
Total	4	63	1	19	87

Fonte: Dados de campo do projeto OSE Guyamapá, 2013-2014.

Contudo, a Guiana francesa não desempenha mais hoje tanto o papel de oportunidade de emprego pois a economia não solicita tantas demandas de trabalho na construção civil e os trâmites burocráticos para regularizar a situação de imigrantes são mais exigentes, o que não impede que as representações do departamento como local de oportunidades continuam fortes do lado brasileiro, tal como apareceu nas entrevistas e conversas informais com pescadores.

Problemática e ações de ordenamento (?)

Falhas da fiscalização da pesca no Amapá

No Amapá, o acordo de pesca que conjugou proteção ambiental e pesca artesanal sofre a concorrência ilegal dos barcos, principalmente paraenses, que exploram os estoques pesqueiros com meios de produção de maior porte. Na pesquisa de campo, regulares eram os relatos dos pescadores sobre a deficiência da fiscalização pelo ICMBio. Em entrevista, Ricardo Pires, gestor do Parque do Cabo Orange⁵, explica a limitação de recursos, com apenas um barco, poucos recursos humanos responsáveis por muitas tarefas e dificuldades de gestão pelo afastamento dos grandes centros e de infraestrutura consolidada. O gestor do PNCO acrescenta que, para as ações de fiscalização, ele precisa estar acompanhado de 6 policiais; ora estes têm pouca disponibilidade.

Além dos limites do PNCO, a pesca é livre e o ICMBio não tem poder legal de fiscalizar os navios e a vasta extensão de costa. A instituição pública que intervém é a Marinha, mas ela controla a documentação das naves e dos funcionários e não a produção. Com isso, as frotas industriais exploram os estoques pesqueiros do Amapá, desembarcados em sua maioria no Pará. A deficiência de fiscalização é interpretada pelos autores como uma manifestação do pouco interesse que o Estado dedica à pesca artesanal em prol do segmento industrial, preferência também visível nos programas de apoio ao mesmo, além do crescimento do apoio à aquicultura nos últimos anos.

Além das lacunas de fiscalização e sanção pelo ICMBio, ressalta-se a incongruência do direito positivo a respeito da aplicação do defeso⁶. A lei que visa proteger as espécies contempladas de um dado território através da regulação da pesca se aplica apenas aos pescadores do território e não ao território em si. No caso de estudo, o defeso se aplica aos únicos pescadores amapaenses, permitindo que os demais continuem sua atividade no estado uma vez que não existe divisão de territórios pesqueiros no mar entre frotas de Estados diferentes. Como dizem com frequência os pescadores: “o mar é de todos”.

Uma exploração estrangeira ilegal na Guiana complexa de controlar

Ao se estender à fronteira internacional, a pesquisa exige lembrar as normas que regem o direito marítimo internacional, a começar pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) em virtude do princípio da hierarquia das normas. A Convenção, assinada em 1982 em Montego Bay, em Jamaica, estabelece o princípio da delimitação, pelos Estados, do mar territorial (até 12 milhas náuticas), da zona contígua

⁵ Ricardo Motta Pires foi entrevistado em julho de 2014 pela doutoranda Pauline Laval, integrante do projeto OSE Guyamapá.

⁶ O defeso consiste em pagar aos pescadores de determinada espécie protegida durante o tempo de reprodução um salário-desemprego, conhecido como salário-defeso, para não pescar durante esse período.

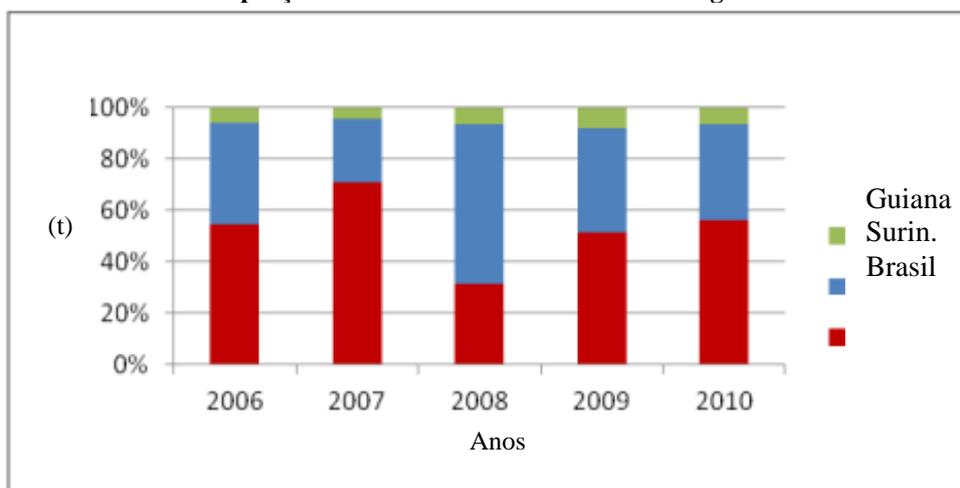
(até 24 milhas) e da Zona Econômica Exclusiva (ZEE, até 200 milhas). O Brasil ratificou o acordo em 1993 e a França, em 1996, dois após que o mesmo entre em vigor graças à ratificação pelo sexagésimo Estado.

Poderia se esperar que um limite internacional seria mais dissuasivo para frear as incursões paraenses em nome da soberania nacional francesa, mas a fronteira é só parcialmente respeitada e as frotas brasileiras adentram, prejudicando os estoques pesqueiros da Guiana, limitada a 350 km de extensão costeira.

Em 2012, um relatório do Instituto Francês de Pesquisa e de Exploração do Mar (IFREMER) provoca uma polêmica dentro do meio pesqueiro por certificar o que os profissionais já sabiam há tempo através de dados detalhados.

O autor informa que um aumento significativo da pesca ilegal foi observado a partir de 2002, variação cuja importância pode ser explicada pela frequência da fiscalização (LEVREL, 2012, p. 7). Desde 2010, o endurecimento da legislação parece ter influenciado as entradas ilegais, mas nessa data estima-se que mais de 60% dos navios observados nas costas do departamento francês seriam ilegais, dos quais 70% brasileiros, tal como ilustrado no gráfico 2, oriundo do relatório referido.

Gráfico 2: Proporção de cada nacionalidade na frota ilegal na Guiana francesa



Fonte: Traduzido de Levrel, 2012, p. 9.

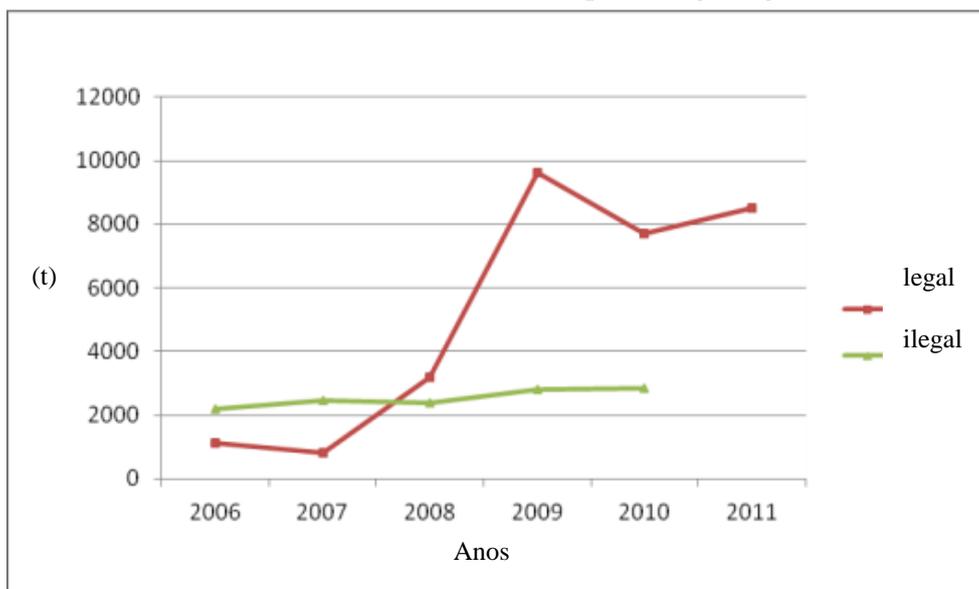
No mesmo relatório, um gráfico revela o aumento crescente dos navios brasileiros, fora uma redução temporária em 2008 justificada pelas operações “Tassegarl” da Marinha francesa efetuadas no final de 2007 e início de 2008, com abordagem dos navios por comandos de elite. Outra operação com esses meios e objetivo foi lançada em setembro de 2010 e junho de 2011 sob o nome de “Thazard”.

Uma informação mais preocupante trata do aumento da reincidência nos últimos anos, com cerca de 40% dos barcos em 2011. Esse dado demonstra o quanto os pescadores brasileiros estimavam que o risco de ser apreendido valia a pena frente à importância das capturas. Segundo o autor, “entre 2007 e 2009, o número de navios pescando ilegalmente nas águas territoriais teria sido multiplicado por 10”, chegando a uma média de 25 a 30 navios estrangeiros ilegais por dia (LEVREL, 2012, p. 10).

Uma estimativa foi realizada em base nesses dados, relacionados com o peso médio diário de pescado capturado por nacionalidade e tipo de navio, a fim de estabelecer uma extrapolação que permita avaliar a produção ilegal diária e anual.

O gráfico da produção legal e ilegal evidencia um quadro assustador uma vez que a produção da atividade praticada ilegalmente ultrapassa a da pesca ilegal entre 2008 e 2011, apesar das grandes operações de fiscalização, com apoio militar.

Gráfico 3: Pescaria na Guiana francesa anual comparada legal/ilegal (em t)



Fonte: Traduzido de Levrel, 2012, p. 11.

Em entrevista realizada em janeiro de 2014, o Diretor do Mar, Sr. Gatto, enumerou os meios de fiscalização das autoridades, marítimos e aéreos, permitindo cobrir a extensão dos 350 km de litoral em duas semanas.

As autoridades francesas têm poder para sancionar os navios por pesca ilegal se existe flagrante de redes molhadas em áreas interditas ou com pescado na urna prevista para tal. Desde maio de 2010, as sanções foram endurecidas: o encarregado de um barco ilegal pode ser processado por até um ano de prisão em vez de pagar uma mera multa e operações com comando de elite são realizadas.

As dificuldades em intervir junto às naves em situação ilegal se referem às condições de abordagem de uma embarcação. S. Gatto explica que as missões de fiscalização não abordam navios quando existe algum risco para a vida de seus membros pois uma intervenção militar não pode tomar a decisão de atirar, salvo em caso de legítima defesa. O único caso em que os militares podem agir primeiro é condicionado à autorização do primeiro ministro, ou seja, uma medida de caráter excepcional.

Na lei francesa, existe a possibilidade de mudar a rota do barco até um porto. Nesse caso, os trâmites implicam a chamada do proprietário. Este deve então comparecer, pagar um depósito de garantia para recuperar a embarcação dele. Essa medida objetiva a presença do dono do barco no processo. Contudo, na Guiana francesa, é raro ter o contato dos donos. Em 6 anos de gestão (2008-2014), S. Gatto registra apenas um caso em que um proprietário pagou uma multa de R\$ 50.000.

No tocante à tripulação, os membros são expulsos e o capitão detido em custódia. Tem comparecimento imediato em processo judicial, com risco de prisão. A pena em função de fatores como a localização, a quantidade de pescado, o comportamento, o contexto político, dentro outros. Em 2013, oito pessoas foram detidas.

O diretor do mar ressaltou que a possibilidade de destruir os barcos apreendidos foi autorizada desde 2009, mas só começou a ser aplicada a partir de 2013. A acumulação de barcos e de roubos registrados nos mesmos incentivou a decisão. Mas o número é ínfimo em comparação com o número diário médio de barcos ilegais que pescam todo dia nas águas na Guiana, ou seja, de 25 a 30, o que explica as estatísticas

calculadas pelo IFREMER.

Como as autoridades francesas podem contribuir para resolver os conflitos de pesca? A luta contra a pesca ilegal deve se pautar em meios modernos de controle e intervenção, mas também na colaboração com os Estados que têm fachadas marítimas vizinhas com a ZEE francesa; no caso da Guiana francesa, com o Suriname e o Brasil. Ora o Diretor do Mar da Guiana aponta que o diálogo com os poderes públicos brasileiros é muito complexo pois as funções são divididas entre órgãos e percebe a falta de uma real propensão à cooperação nesse setor.

As propostas dos pescadores para a sustentabilidade da prática

A apresentação e análise de alguns dos empecilhos ilustra o quanto o estabelecimento de leis e de instituições é fundamental para a regulação do espaço, contudo insuficiente para garantir a boa aplicação de leis existentes e o respeito de limites territoriais.

Os pescadores entrevistados se mostram não só conscientes da importância de conservar o meio ambiente para a sustentabilidade de sua atividade e conhecem as principais normas ambientais e de pesca, como emitem muitas propostas quando perguntados sobre medidas para regular o setor.

Tabela 3: Número de regras propostas e destaque para as principais respostas

n. regras	Proibição de áreas	Proibição de práticas	Proibição de espécies	
Caiena	55	17	16	19
Saint Georges	5	1	1	3
Oiapoque	101	36	34	29
Calçoene	28	16	10	0
Total	189	70	61	51

Para além disso, a comunidade pesqueira de Oiapoque se mobiliza atualmente, planejando uma solução durável com a demanda pela criação de uma reserva extrativista (resex) marinha em 2016. Recebendo apoio do ICMBio, os pescadores estão refletindo sobre o projeto de poligonal e determinadas regras de manejo.

A reserva extrativista constitui uma unidade de conservação de uso sustentável, criada a partir de uma demanda local, com a missão de proteger o modo de vida de populações tradicionais e o meio ambiente. Ela é administrada em cogestão entre os extrativistas e o ICMBio, sendo que os extrativistas detêm 50% mais um assento no conselho que é deliberativo. A resex surgiu como uma conquista do movimento social seringueiro e foi estendida a outros biomas, como o costeiro. Uma análise mais aprofundada revela que a institucionalização do processo reforçou a conquista ao integrá-la nas políticas públicas, mas representou certo retrocesso em termos de construção do movimento social ao passar de uma autogestão para um sistema de cogestão.

Contudo, as resex, com seu poder de deliberar e a possibilidade dos extrativistas de uma unidade de conservação de se mobilizar para fazer valer seus direitos e projetos graças à maioria prevista em lei, não deixam de representar uma oportunidade de avanços sociais. O ICMBio local conforta a recomendação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentado e Populações Tradicionais (CNPT) de que o extrativista colabore na tarefa de fiscalização, segundo vias a serem definidas em cada unidade. O gestor, Ricardo Pires, tem a esperança que a melhor integração dos pescadores na gestão

da área ajudará na fiscalização e portanto será um meio de melhor assegurar a proteção ambiental da costa ao longo do Parque Nacional.

A experiência de várias resex marinhas no Pará ou na Bahia⁷ expressa como uma efetiva associação dos pescadores no planejamento e na gestão de seus respectivos territórios pode dar resultados materiais, em termos de apoio à melhoria da moradia e à produção, mas também resultados em termos de aumento da autonomia graças à aprendizagem granjeada no exercício da ação social e política de gestão territorial e ambiental.

Para ilustrar essa afirmação, se elenca alguns dos avanços conquistados nos dois Estados citados:

- linhas de crédito voltadas à habitação ou fomento à produção nas resex paraenses, com recursos do Programa Nacional de Reforma Agrária,
- demarcação de resex paraenses, com recursos do Programa ARPA,
- cursos de capacitação profissional diversos nas resex paraenses, com recursos do Funda Nacional do Meio Ambiente,
- programa de construção de casas na resex de Canavieiras, com apoio de uma ONG,
- criação de um banco comunitário na resex de Canavieiras.

Esses representam apenas alguns avanços das comunidades haliêuticas mencionadas, mas insiste-se sobre o que nos parece mais importante ainda: a conscientização de que o amparo legal da unidade de conservação se torna um instrumento de mudança social se as próprias comunidades se apropriem dele. Uma organização social forte, elemento fundamental para resultados positivos (ALMEIDA E PANTOJA, 2004), continua essencial para que a descentralização prevista de poder se realize. De fato, os desafios são muito grandes para as resex, uma vez que as diretrizes desenvolvimentistas que perpassam os sucessivos governos federais conflitam com os objetivos das unidades de conservação.

Considerações finais

As tensões e os conflitos de pesca na costa norte da América do Sul entre pesca artesanal e pesca industrial e no seio da pesca artesanal decorre de um processo de pesca intensiva e predatória, na qual a pesca artesanal está envolvida pelo caráter invasor da técnica – levando os pescadores a investir em meios de produção com maior poder de captura – e pelo movimento de migração da concentração das frotas de pesca ao longo da costa em direção ao norte. As frotas estendem seus raios de exploração, pois, ao submeter os estoques pesqueiros a um ritmo de extração intenso e acelerado, elas provocam impactos, com redução das capturas por barco, escasseamento ou desaparecimento das espécies mais procuradas, redução do tamanho dos indivíduos, etc.

Este processo, nocivo para o meio ambiente e a própria atividade, provoca efeitos negativos sobre a pesca artesanal do Amapá, geralmente de porte menor do que a do Pará, e se amplia até águas estrangeiras, ferindo a soberania francesa.

A séria deficiência de fiscalização e de regulação mais adequada ao cenário regional brasileiro, assim como os limites de intervenção das autoridades francesas no campo, levam tripulações brasileiras a passar da fronteira. Contudo, são as duas pescas artesanais, amapaense e guianense, que estão ameaçadas na sua sustentabilidade. Em longo prazo, a própria pesca de maior escala também arrisca esgotamento por não poder avançar eternamente além de seu território nacional.

No tocante a uma resolução dos conflitos inter-fronteiriços, as dificuldades de realização são tão consideráveis que estima-se que a solução deve passar por instâncias

⁷ Esses exemplos são escolhidos em razão dos campos de estudo dos autores, mas não são exclusivos.

governamentais e não mais locais. Contudo, os autores estimam também essencial que os pescadores sejam mais ouvidos uma vez que eles detêm um profundo conhecimento de seu ofício e do meio ambiente no qual trabalham. As ideias de medidas para garantir a durabilidade da atividade são abundantes, conforme exposto. Indo além disso, os pescadores no Amapá se mobilizam para consolidar sua atividade, buscando o reconhecimento oficial de seu papel na proteção ambiental através da criação de uma resex marinha. A análise do cenário regional incita os autores a apoiar essa demanda local como uma oportunidade de melhoria e de conquista de cidadania para as populações pesqueiras, desde que elas guardem em mente a importância de serem agentes ativos de gestão de seu futuro território.

Referências bibliográficas

AFD – Agence française pour le développement. **Aide-mémoire relatif à la mission de prospection « Secteur pêche et aquaculture »** du 14 au 22 novembre 2011. Cayenne : AFD, 2012. 49 p.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de ; PANTOJA, Mariana Ciavatta . Justiça Local nas Reservas Extrativistas. Raízes. **Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 23, n.1-2, p. 27-41, 2004. Disponível em http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_2.pdf.

CILLAUREN, Espérance. **Contexte juridique de la pêche artisanale côtière en Guyane**. Relatório de pesquisa para o projeto OSEGUYAMAPÁ. Montpellier : IRD, 2014. 54 p.

D'ABOVILLE, Gérard. **La pêche et l'aquaculture en outre-mer**. Avis et rapports du Conseil Economique et Social, Section de l'agriculture et de l'alimentation, n°14, 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, v. III, n. 2, 1999, p. 361-175.

ISAAC-NAHUM, Victória Judith. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 3, set. 2006 , p 33-36. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000300015&lng=en&nrm=iso. Acessado em 26.05.2013.

LEVREL, Adrian. **Estimation de la pêche illégale étrangère en Guyane française**. Projet DEPECHE. IFREMER– RBE/BIODIVHAL. Junho 2012. 15 p.

LIMA, Vitor Augusto Viegas. **Embarcações e artes de pesca utilizadas nos municípios de Calçoene e Oiapoque, no Estado do Amapá, Brasil**. Monografia de Engenharia de Pesca. Macapá: UEAP, 2011.

PROST, Catherine; LOPES, Lucileide; BAHIA, Frederico, RODRIGUES, Marcony. Interações homem-meio ambiente na pesca artesanal do Salgado paraense. In. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, série Ciências Humanas, Belém: MPEG, vol. 1, n. 2, maio-ag 2005, p. 157-171.

SANTO, R. V. E. ; ISAAC, V. J. . Desembarques da pesca de pequena escala no município de Bragança Pa, Brasil: I-esforço e produção.. **Boletim do Laboratório de Hidrobiologia (UFAMA. Impresso)**, v. 25, p. 31-48, 2014. Acessado em 12.12.2014.

